

Um plano estratégico para impulsionar a maricultura catarinense

Felipe Matarazzo Suplicy¹

Introdução

Após duas décadas de limitado desenvolvimento, tanto a produção de moluscos como o número de maricultores vêm se reduzindo nos últimos anos, principalmente devido à dificuldade das instituições de apoio e gestão do setor na superação de diversos entraves da cadeia produtiva. A complexidade, a especificidade e as dimensões sociais da maricultura dificultam as decisões a serem tomadas pelos gestores públicos. Com o intuito de induzir discussões pautadas nas dificuldades enfrentadas pelos produtores, com foco na identificação de ações para saná-las, foi proposto que a recém-ativada Câmara Setorial da Maricultura, integrante do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural (Cederural), debatesse um plano estratégico para reverter este quadro e para promover o desenvolvimento sustentável da maricultura catarinense nos próximos dez anos. Para tanto, a Epagri foi solicitada a redigir uma minuta de estratégia a ser discutida e aprimorada pelos membros da Câmara Setorial.

O processo

A redação do plano estratégico foi embasada nas melhores recomendações internacionais disponíveis sobre o assunto, em particular as contidas no documento da FAO *Aquaculture Planning: Policy formulation and implementation for sustainable development* (BRUGÈRE et al., 2010). Entre as recomendações contidas neste documento, foram consideradas principalmente as seguintes:

- Momento adequado

A falta de competitividade do produto catarinense em um mercado altamente globalizado, a gradativa ocupação do mercado interno por produtos importados e o mencionado encolhimento da atividade foram fatores que reforçaram a urgente necessidade de um melhor planejamento. A necessidade de adoção de novos sistemas e tecnologias de cultivo para reverter este quadro também oferece oportunidades que poderiam não ser tão evidentes para o produtor, uma vez que não existiam anteriormente.

- Abordagem participativa

Embora o processo participativo de planejamento seja mais trabalhoso e custoso, ele favorece o engajamento e o comprometimento dos diversos atores, facilitando sua aceitação e implementação. Neste caso, o processo adotado foi o “consultivo informado”, no qual uma minuta do plano estratégico foi amplamente divulgada antes das reuniões realizadas com lideranças dos maricultores nas regiões produtoras, onde eles fizeram contribuições sobre o texto. Além das reuniões, foram colhidas importantes contribuições por meio da realização de três workshops: Controle sanitário de moluscos bivalves, Abastecimento de sementes de moluscos e Saneamento ambiental e maricultura. Em complementação, diversas contribuições surgiram das reuniões ordinárias da Câmara Setorial da Maricultura e de discussões entre produtores, técnicos, pesquisadores e gestores públicos.

- Enfoque ecossistêmico

Outro aspecto central do planejamento é o de integrar a dimensão social, ambiental e econômica, não só para atingir como para assegurar os objetivos conquistados pela estratégia de desenvolvimento. A estratégia deve considerar a maricultura de uma forma abrangente, integrada e de maneira estruturada, em uma abordagem ecossistêmica de planejamento e de gestão praticável e implementável para promover um desenvolvimento harmonioso e coerente. Isto favorece a inclusão de aspectos ambientais e sociais juntamente com as perspectivas econômicas, contribuindo para que as intervenções sejam estrategicamente planejadas ao invés de serem reativas e descoordenadas.

- Objetivo claramente definido

O plano estratégico conta com um objetivo claro e com metas socioeconômicas indispensáveis para o desenvolvimento harmonioso da maricultura. Uma presunção equivocada sobre os resultados esperados deste desenvolvimento poderia gerar frustração entre os produtores, criar dependência do governo ou aumentar a desigualdade social. O plano estratégico também precisa ser orientado por uma demanda identificada de mercado e uma capacidade, ao menos potencial, de atender a esta demanda. O objetivo expresso como uma visão de futuro é:

“Obter reconhecimento internacional na produção sustentável de moluscos com alto valor agregado”. ▶

¹ Biólogo, Ph. D., Epagri/Centro de Desenvolvimento em Aquicultura e Pesca – Cedap, Rod. Admar Gonzaga, 1188, Itacorubi, 88034-901 Florianópolis, SC, fone: 3665-5060, e-mail: felipesuplicy@epagri.sc.gov.br.

A estratégia

A estratégia para alcançar este objetivo leva em consideração uma pirâmide de qualidade em moluscos. Na base da pirâmide está a qualidade ambiental e sanitária das áreas de cultivo (Figura 1). Assim como nos demais estados brasileiros, existe um grande déficit de saneamento básico na região costeira catarinense que afeta não só a qualidade dos moluscos filtradores, mas que também impacta fortemente o turismo. Um diagnóstico do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento Básico do Ministério das Cidades realizado em 2011 (MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2016) revelou que o índice médio de atendimento da população com rede de coleta de esgotos em Santa Catarina é de apenas 28%. Reverter este quadro é um ponto basal que precisa ser adequadamente trabalhado para conquistar um reconhecimento internacional na produção de moluscos. Apesar do cenário atual não ser positivo, no workshop sobre saneamento e maricultura as duas operadoras de coleta e tratamento de esgotos que atuam em

Santa Catarina – Casan e Aegea – apresentaram planos de investimentos que somam mais de R\$1 bilhão para elevar o índice de atendimento para 70% dos habitantes em quatro anos e, em alguns municípios, até 97% dos habitantes em seis anos.

No segundo nível da pirâmide está a necessidade de certificar a qualidade sanitária das áreas de cultivo através de um eficiente plano de monitoramento. Para isso, o governo estadual contou com o apoio de um Grupo de Trabalho criado no Comitê Estadual de Controle Higiênico Sanitário de Moluscos bivalves (CECMB), além de técnicos da Epagri e do Mapa, para aprimorar a legislação estadual sobre o assunto. A nova portaria estabelecerá novos padrões bacteriológicos para classificação das áreas e uma alteração na metodologia de amostragem, a fim de obter equivalência com a legislação internacional e reduzir substancialmente os custos de manutenção deste programa.

Em Santa Catarina o monitoramento bacteriológico e de ficotoxinas nas áreas de cultivo é realizado desde 2012 pela Companhia Integrada de Desen-

volvimento Agrícola de Santa Catarina (Cidasc), com 24 pontos de coleta de amostras e cobrindo todas as regiões produtoras do estado.

Com os novos padrões de classificação, boa parte dos moluscos consumidos *in natura*, como as ostras, deverão passar pelo processo de depuração, enquanto os investimentos em saneamento não proporcionarem uma melhora na condição sanitária das áreas de cultivo. No CECMB foi recomendado que se mantenha a classificação baseada nos padrões anteriores por um período de dois anos, para que sejam realizados os investimentos em depuradoras nos locais necessários. De acordo com os padrões anteriores, 48% das áreas estariam classificadas como aprovadas e 52% como condicionadas à depuração ou cozimento.

Para custear a manutenção do programa de monitoramento, o governo estadual está encaminhando à Assembleia Legislativa um projeto de lei constituindo um fundo setorial da maricultura, que será mantido pelo setor produtivo, através do pagamento de taxas atreladas à emissão das Guias de Trânsito Animal (GTAs).

Outro grande desafio é a formalização da produção estadual no mercado, com produtos processados em estabelecimentos com inspeção sanitária e com rastreabilidade, que estruturam o terceiro nível da pirâmide. Diversas ações estão em andamento para fortalecer as cooperativas existentes, apoiar a formação de novas cooperativas, além de orientar os produtores sobre as alternativas existentes, como o serviço de processamento terceirizado em empresas inspecionadas.

Santa Catarina já conta com cinco estabelecimentos de processamento de moluscos atendidos pelo Serviço de Inspeção Municipal (SIM) e oito pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF). O SIM passou a ser ofertado por cinco dos dez municípios com produção de moluscos. As cooperativas contarão com assistência da Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (Ocesc), rece-



Figura 1. Pirâmide de qualidade em moluscos bivalves

bendo atividades delegadas de capacitação profissional dirigidas ao aprimoramento das atividades profissionais de colaboradores e dirigentes de cooperativas e associados, em eventos voltados à gestão de cooperativas. As atividades delegadas consistem em cursos de pequena duração, treinamentos, palestras, cursos de pós-graduação *in company*, seminários, oficinas e similares.

Outra meta importante do Plano Estratégico é a rastreabilidade que deverá ser provida através da integração do sistema de emissão da GTA de cada lote de moluscos colhido, com o Sistema de Informações Geográficas (SIG) desenvolvido pela Epagri (<http://ciram.epagri.sc.gov.br/sipldm/>) e com os dados do programa de monitoramento executado pela Cidasc nas áreas de cultivo.

No quarto nível da pirâmide estão os padrões de qualidade do consumidor relacionados aos tipos de produto, forma de apresentação, embalagem, e certificações de origem, além de certificação ambiental e social. Novos produtos, como carne de ostras sem concha e mexilhões *in natura* em embalagens com atmosfera modificada, são formas diversificadas de apresentação que já vêm sendo objeto de pesquisas e de testes junto aos produtores. A Epagri está iniciando um projeto de monitoramento ambiental das áreas de cultivo, analisando o impacto das fazendas sobre o sedimento marinho e realizando estudos de capacidade de suporte. A médio e longo prazos, o Plano Estratégico prevê a certificação com padrões de sustentabilidade elaborados pela *Aquaculture Stewardship Council (ASC)* em conjunto com a *World Wildlife Foundation – WWF (ASC, 2012)*.

A adoção desta série de controles sanitários e ambientais conferirá credibilidade para iniciar uma forte campanha de marketing, último nível da pirâmide de qualidade, embasada na certificação de origem e criação da marca de uso comum “Moluscos de Santa Catarina”, que por sua vez passará a ser reconhecida internacionalmente como sinônimo de produção sustentável de moluscos com alto valor agregado. A marca será soli-

citada por uma associação estadual de maricultura, que está sendo constituída a partir de um grupo de produtores empreendedores comprometidos com os objetivos estabelecidos no Plano Estratégico. As regras de uso da marca “Moluscos de Santa Catarina” incluirão, além da adoção dos controles sanitários e da adesão ao mercado formal e inspecionado, a rastreabilidade, a ocupação ordenada das áreas de cultivo, a adoção de boas práticas de produção e a manutenção de licenças ambientais válidas. No Plano Estratégico, todas as instituições que têm interface ou que atuam sobre a gestão, pesquisa, extensão, ou que podem prestar serviços em apoio ao fortalecimento da cadeia produtiva da maricultura, estarão executando ações coordenadas e integradas em apoio à consolidação da marca de uso comum, evitando a sobreposição de esforços e o desperdício de escassos recursos humanos e financeiros (Figura 2).

Em praticamente todas as reuniões

e discussões realizadas durante o processo consultivo do Plano Estratégico, ficou evidente que este conjunto de desafios somente será superado com uma forte fiscalização da Vigilância Sanitária nas peixarias, bares e restaurantes.

Além dos controles e padrões de qualidade, na parte econômica o Plano Estratégico prevê a adoção de novas e melhores tecnologias de cultivo para aumentar a produtividade e reduzir custos. Com a globalização do mercado, os moluscos produzidos artesanalmente têm um elevado custo de produção e perdem sua competitividade e espaço no mercado para moluscos importados, como os chilenos, que entre 2012 e 2017 exportaram para o Brasil 4.900 toneladas de carne de mexilhão congelado, ao valor de US\$14,1 milhões (BRASIL, 2018).

A adoção de novas tecnologias envolve a mecanização dos cultivos para obter escala de produção, abrir e manter novos mercados e aumentar a ▶

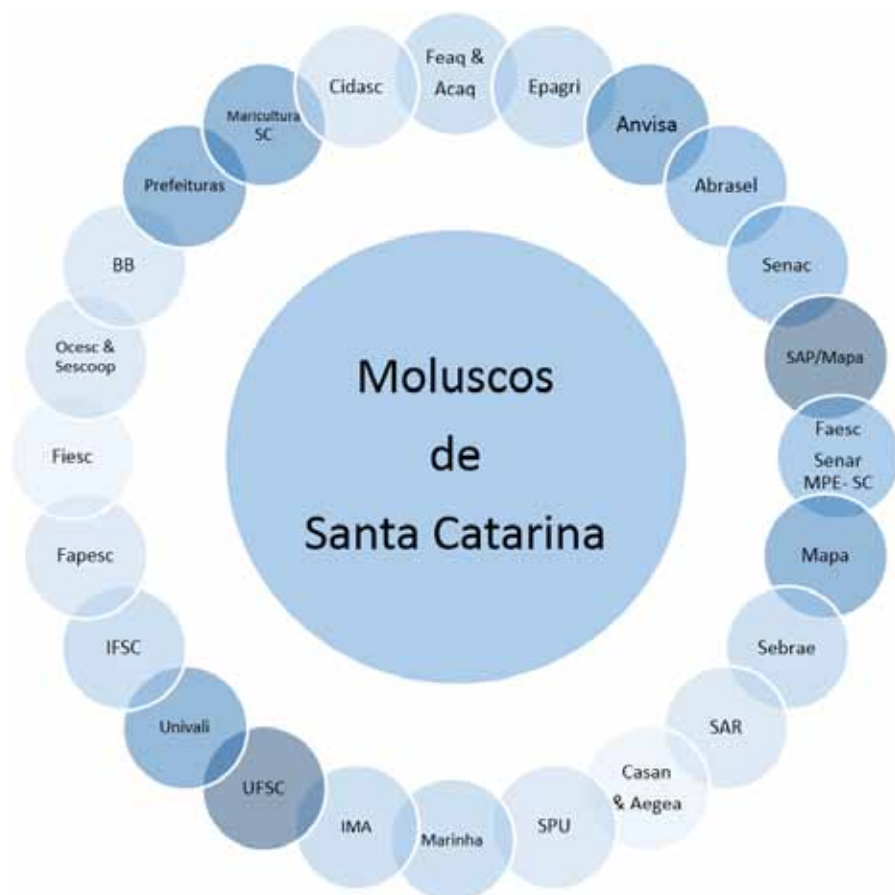


Figura 2. Instituições envolvidas com a gestão, prestação de serviços em apoio à cadeia produtiva e com a produção de moluscos em Santa Catarina



Figura 3. Atividades de pesquisa e extensão sobre o cultivo mecanizado de moluscos

competitividade nos mercados interno e estrangeiro. A mecanização já está presente em diversos cultivos, com máquinas desenhadas e construídas pelos próprios produtores, para colher mexilhões ou para lavar e classificar ostras, e também por meio de atividades de pesquisas e extensão que vêm sendo realizadas pela Epagri, como o desenvolvimento de máquinas de baixo custo, a realização de cursos e publicação de livros sobre o cultivo mecanizado de moluscos (Figura 3).

Conclusão

O sucesso na implementação do Plano Estratégico depende de engajamento, otimismo e comprometimento dos diversos atores envolvidos com a maricultura catarinense. Além da superação dos desafios relacionados à capacidade humana e institucional, será preciso um constante monitoramento da Câmara Setorial da Maricultura e do setor pro-

duativo organizado sobre os avanços nas ações propostas e a alocação de recursos financeiros adequados para atingir os objetivos propostos. A identificação e o monitoramento de feedbacks entre o planejamento, a estratégia adotada e os resultados sociais durante o processo de desenvolvimento da maricultura é um tema altamente considerado na agenda política catarinense, dado o grande interesse na contribuição potencial desta atividade para a geração de alimento, renda e benefícios para a sociedade.

Os leitores que desejarem obter mais informações sobre esta iniciativa poderão acessar o link: <http://www.agricultura.sc.gov.br/index.php/arquivos/cederural/camara-setorial-da-maricultura> para fazer o download da versão consolidada do Plano Estratégico, bem como as atas das reuniões da Câmara Setorial da Maricultura, das reuniões com lideranças locais da maricultura e relatórios dos workshops realizados.

Referências

Aquaculture Stewardship Council. **ASC Bivalve Standard**. Version 1.0 Utrecht, NL: Aquaculture Stewardship Council (ASC). 2012. 57p.

BRUGÈRE, C.; RIDLER, N.; HAYLOR, G.; HISHAMUNDA, N. **Aquaculture Planning: Policy formulation and implementation for sustainable development**. FAO Fisheries and Aquaculture Technical Paper. No. 542. Rome, FAO. 2010. 70p.

BRASIL. **COMEX STAT 2018** Disponível em: <<http://comexstat.mdic.gov.br/pt/home>>. Acesso em: 29 março 2019.

MINISTERIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL. **Sistema Nacional de Sanidade Ambiental – SNSA 2016**, Disponível em: <<http://www.snis.gov.br/diagnostico-agua-e-esgotos>>. Acesso em: 29 março 2019. ■